

**PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº 90001/2026**

**UASG 200080**

# EDITAL

Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 (UASG 200080), que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, copeiragem e limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todos os equipamentos e uniformes necessários para adequada execução dos serviços, nas dependências da Procuradoria da República no Piauí e nas Procuradorias da República nos municípios de Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos e São Raimundo Nonato.

## RESUMO

| PREGÃO ELETRÔNICO Nº    | 90001/2026  | UASG 200080 |
|-------------------------|---|-------------|
| Data da sessão pública: | 01/07/2026, às 9h00   |             |
| Endereço eletrônico:    | <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a> |             |

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>Objeto</b>         | Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, copeiragem e limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todos os equipamentos e uniformes necessários para adequada execução dos serviços, nas dependências da Procuradoria da República no Piauí e nas Procuradorias da República nos municípios de Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos e São Raimundo Nonato, conforme condições e exigências estabelecidas neste aviso e seus anexos. |
| <b>Valor estimado</b> | R\$ 2.545.579,80   |

| Critério de Julgamento | Modo de disputa  | Registro de Preços |
|------------------------|------------------|--------------------|
| Menor preço por item   | Aberto e Fechado | Não                |

| Preferência ME/EPP | Margem de preferência | Instrumento contratual |
|--------------------|-----------------------|------------------------|
| Sim                | Não                   | Termo de contrato      |

| Proposta e Documentos Complementares  | (ver Seções 4, 5 e 7 do edital) |
|---|---------------------------------|
| Proposta Licitatória (ver requisitos do subitem 7.6)  |                                 |
| Planilhas de custos e formação de preços (ver modelo no ANEXO II)                                     |                                 |
| Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou instrumento equivalente  |                                 |
| Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical (ver modelo no ANEXO III)                  |                                 |
| Declaração de regularidade social e conformidade à Resolução CNMP nº 37/2009 (ver modelo no ANEXO IV) |                                 |
| Comprovante de garantia de proposta de 1% do valor total estimado                                     |                                 |
| Verificação de condições de participação na licitação (Cadastros SICAF, CEIS, CNEP, CNJ e TCU)        |                                 |

| Habilitação   | (ver Seção 8 do edital) |
|---|-------------------------|
| Habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista (SICAF ou documentos equivalentes)           |                         |
| Certidão negativa de falência   |                         |
| Balanco patrimonial, com índices de liquidez superiores a 1, e Demonstração do Resultado do Exercício |                         |
| Atestado(s) e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica  |                         |
| Declaração de conhecimento das condições do serviço (ver modelo no ANEXO V)                           |                         |

| Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações   |
|--|
| Até dia 26/06/2026, para o e-mail <a href="mailto:prpi-licitacao@mpf.mp.br">prpi-licitacao@mpf.mp.br</a> |

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 UASG 200080

## EDITAL

(Procedimento de Gestão Administrativa – **PGEA 1.27.000.000073/2025-69**)

Torna-se público que a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ (UASG 200080)**, sediada na Avenida João XXIII, nº 1390, Bairro dos Noivos, CEP 64045-000, Teresina-PI, por intermédio de sua Pregoeira, designada mediante [Portaria PR/PI nº 57, de 16 de maio de 2025](#), realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO, com esquite na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e segundo as condições estabelecidas neste ato convocatório.

A abertura da sessão pública será realizada na seguinte data, horário e local:

DATA DE ABERTURA: **1º de julho de 2026 - HORÁRIO: 9h00**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [Portal de Compras do Governo Federal](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90001/2026** – CÓDIGO UASG: **200080**

### 1. OBJETO

- 1.1.** O objeto do presente procedimento é a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, copeiragem e limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todos os equipamentos e uniformes necessários para adequada execução dos serviços, nas dependências da Procuradoria da República no Piauí e nas Procuradorias da República nos municípios de Corrente, Floriano, Parnaíba, Picos e São Raimundo Nonato, conforme condições e exigências estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.
- 1.2.** A licitação será realizada **em grupo único**, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço total do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

- 1.4. Em caso de discordância entre as especificações contidas no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e as constantes neste Aviso e seus Anexos, prevalecerão as últimas.**
- 1.5.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo **assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia**, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, agendada pelo telefone (86) 3214-5952, das 8h00 às 15h00, ou no e-mail [prpi-servicos@mpf.mp.br](mailto:prpi-servicos@mpf.mp.br), com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, e ser realizada até 1 (um) dia útil antes da abertura da sessão.
- 1.5.1.** Independente de realização da vistoria, o licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração, assinada por seu responsável técnico/representante legal, de que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS.

## **2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1.** A despesa total estimada para a contratação é de **R\$ 2.545.579,80 (dois milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)**, conforme detalhamento constante no ANEXO II – PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, que vale como limite máximo para aceitação de proposta final.
- 2.2.** A despesa para atender ao objeto deste certame correrá à conta dos recursos específicos consignados ao Ministério Público da União, no orçamento da União para o exercício correlato.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto** da contratação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal.
- 3.2.** A participação nesta licitação se dará mediante Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível em (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).
- 3.2.1.** O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), bem como encaminhado automaticamente aos

fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

**3.2.2.** O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

**3.2.3.** O fornecedor responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**3.2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas supra relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.2.5.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.2.6.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**3.3. A licitação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, porém ser-lhes-á assegurada preferência de contratação, como critério de desempate, conforme [Lei Complementar nº 123/2006](#).**

**3.3.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.3.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da [Lei nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e do [Decreto n.º 8.538/2015](#).

**3.4. Não poderá disputar este certame:**

- 3.4.1.** aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- 3.4.2.** pessoa jurídica que desempenhe atividade incompatível com o objeto da contratação;
- 3.4.3.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.4.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 3.4.4.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.4.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.4.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo deste certame, impossibilitada de licitar e contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.4.6.1.** O disposto no subitem supra aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 3.4.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.4.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- 3.4.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 3.4.10.** agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei nº 14.133/2021](#);
- 3.4.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (conforme Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 3.4.12.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.4.13.** sociedades cooperativas;
- 3.4.14.** pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação, conforme art. 5º do [Decreto nº 9.507/2018](#) e [Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público](#).
- 3.5.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.4 e 3.4.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da contratação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.6.** O disposto nos **itens 3.4.4 e 3.4.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.7.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.8.** A vedação de que trata o **item 3.4.10** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário/representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA



- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.1.** O fornecedor **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.2.2.** O licitante deverá preencher, no sistema eletrônico, o campo de **valor unitário (MENSAL)** do item.
- 4.2.3.** Os valores propostos deverão conter, no máximo, **duas casas decimais**, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.
- 4.2.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 4.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4.1.** A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.4.2.** Os preços ofertados, na proposta inicial e/ou na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou outro pretexto.
- 4.4.3.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.4.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.5.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:
- 4.5.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus



- anexos, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 4.5.2.** sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- 4.5.3.** atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da [Lei nº 8.213/91](#);
- 4.5.5.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da [Constituição Federal](#);
- 4.5.6.** observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da [Constituição Federal](#), que veda o tratamento desumano ou degradante;
- 4.5.7.** cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- 4.6.** O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da [Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 4.7.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.8.** A falsidade de declaração de que tratam os **itens 4.5. a 4.7.** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.
- 4.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 4.11.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, conforme Anexo I - Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens e/ou executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.13.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 4.13.1.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. E caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 4.14.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.14.1.** aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 4.14.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;
- 4.14.3.** o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.14.4.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **não** poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, com fulcro no art. 18, § 5º-C, da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

- 4.16.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, **o licitante deverá indicar** os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.17. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, comprovação do recolhimento de quantia a título de GARANTIA DE PROPOSTA, no montante de R\$ 25.455,79 (vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor total (anual) estimado para a contratação, sob pena de não aceitação da proposta, conforme art. 58 da [Lei nº 14.133/2021](#) e ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**
- 4.17.1.** O comprovante da garantia (apólice ou instrumento equivalente), devidamente emitido e válido, deverá ser enviado juntamente com a proposta.
- 4.17.2.** O prazo de vigência da garantia será o mesmo da proposta, sendo, no mínimo, de 60 (sessenta) dias.
- 4.17.3.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- 4.17.4.** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- 4.17.5.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no § 1º do art. 96 da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 4.17.6.** Caso a modalidade de garantia de proposta escolhida pelo licitante seja caução em dinheiro, deverá ser efetuada em favor da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ (CNPJ Nº 26.989.715/0022-37), em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

## **5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir proposta ou documentos de habilitação, se for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.4.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.4.3.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.4.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 5.4.5.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.5.** O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.5.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.5.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.5.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.
- 5.5.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.6.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.8.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 5.9.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.10.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.11.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123/2006](#).
- 5.11.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.11.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.11.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.11.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.11.5.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 5.12.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.13.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 5.13.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 5.13.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 5.13.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 5.13.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme [Decreto nº 12.304/2024](#).
- 5.14.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.14.1.** empresas brasileiras;
  - 5.14.2.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 5.14.3.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.15.** Se, após a aplicação dos procedimentos previstos nos itens acima ou na impossibilidade de sua aplicação, ainda persistir o empate, será realizado sorteio público entre as propostas empatadas.

## **6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 6.1.** Após a fase de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 6.1.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 6.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

- 6.2.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da [Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.4.** deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.2.1.** [Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF](#);
  - 6.2.2.** [Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantidos pela Controladoria-Geral da União, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, quando possível, com fundamento no art. 12 da [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#);
  - 6.2.3.** [Cadastro de Licitantes Inidôneos](#) do Tribunal de Contas da União – TCU;
  - 6.2.4.** Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela [Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica](#) mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, conforme art. 29 da [Instrução Normativa SEGES nº 3, de 26 de abril de 2018](#).
- 6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 6.3.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.4. Caso o licitante não atenda às condições de participação no certame será reputado inabilitado.**
- 6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o **item 4.6.** deste edital.
- 6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificado em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts 29 a 35 da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se



que:

**6.7.1.** Foram utilizados para cálculo do valor estimado pela Administração: a [Convenção Coletiva de Trabalho de 2025/2025, firmada entre Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí e o Sindicato das Empresas de Conservação e Asseio do Estado do Piauí, registrada no Ministério do Trabalho sob o nº PI000035/2026](#), em 05/03/2026, vigente no período de 01/01/2026 a 31/12/2026, e o [REFERENCIAL TÉCNICO DE CUSTOS, 4ª ed, da Auditoria Interna do Ministério Público da União -AUDIN/MPU](#).

**6.7.2.** Com fundamento na [Instrução Normativa SEGES nº 176, de 25 de novembro de 2024](#) e no [Acórdão TCU 1207/2024 – PLENÁRIO](#), **somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços valor igual ou superior ao orçado pela Administração para os custos mínimos relevantes** para a presente contratação (quais sejam: **remuneração, incluindo salário base e adicionais; auxílio-alimentação; e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho paradigma que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral**), os quais foram estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma referida no subitem acima, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto.

**6.7.3. A convenção coletiva indicada no subitem acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes**, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

**6.8.** Para tanto e sob pena de desclassificação da proposta, **o licitante mais bem classificado deverá enviar pelo sistema Compras.gov.br os seguintes documentos**, com esteio na [Lei nº 14.133/2021](#), [Instrução Normativa SEGES Nº 5/2017](#) (aplicável conforme [Instrução Normativa SEGES Nº 98/2022](#)), [Instrução Normativa SEGES nº 176, de 25 de novembro de 2024](#) e [Acórdão TCU 1207/2024 – PLENÁRIO](#), **no prazo de até 2 horas contado da solicitação do pregoeiro:**

**6.8.1. a proposta adequada ao último lance ofertado ou negociação realizada com o Pregoeiro**, contendo identificação da licitante e de seu representante legal, especificação técnica do item e seus preços unitário (MENSAL) e total (ANUAL), considerando 2 (duas) casas decimais, validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura do certame, além da indicação, se possível,

do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de eventual pagamento, conforme ANEXO II - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO;

- 6.8.2. planilhas de custos e formação de preços** com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, em arquivo de formato editável (para possibilitar verificação da fórmula de cálculo), conforme modelo constante do ANEXO II - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO;
- 6.8.3. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;**
- 6.8.4.** cópia do **Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo** utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado;
- 6.8.5. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria,** que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo do ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR ENQUADRAMENTO SINDICAL;
- 6.8.6. declaração de regularidade social e conformidade à Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público,** conforme ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL E CONFORMIDADE À RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009;
- 6.8.7. comprovante de garantia de proposta (apólice ou instrumento equivalente), devidamente emitido e válido, no montante de R\$ 25.455,79 (vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos),** correspondente a 1% (um por cento) do valor total (anual) estimado para a contratação, conforme art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 6.8.8.** se for o caso, **documentos complementares,** quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste ato convocatório e já apresentados.
- 6.8.9.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo fornecedor, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatar que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos

documentos exigidos no ato convocatório.

**6.9. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra e com esteio na Instrução Normativa SEGES nº 176, de 25 de novembro de 2024, o pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.**

**6.9.1.** O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.9.2.** O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

**6.9.3.** Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma, conforme art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 176, de 25 de novembro de 2024.

**6.10.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.10.1.** conter vícios insanáveis;

**6.10.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.10.3.** apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.10.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.10.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

- 6.11.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.12.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.13.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação imediata da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.14.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.14.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.15.** Para fins de análise da proposta quanto às especificações, poderá ser colhida manifestação do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 6.16.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.17.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste edital.

## 7. HABILITAÇÃO

**7.1.** Para fins de habilitação, o fornecedor deve comprovar os seguintes requisitos:

**7.1.1. Habilitação jurídica** (que comprove a existência jurídica da pessoa e que o ramo de atividade do fornecedor é compatível com o objeto da contratação e, quando cabível, autorização para o exercício da atividade a ser contratada, conforme art. 66 da [Lei nº 14.133/2021](#)):

**7.1.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a

cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 7.1.1.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, com autenticidade verificada em <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.1.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.1.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 7.1.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.1.1.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**7.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- 7.1.2.1.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.1.2.2.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.1.2.3.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho,

aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

**7.1.2.4.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**7.1.2.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**7.1.3. Qualificação econômico-financeira** (com esteio na [Lei nº 14.133/2021](#) e [Instrução Normativa SEGES Nº 5/2017](#), aplicável conforme [Instrução Normativa SEGES Nº 98/2022](#)):

**7.1.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**7.1.3.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped e apresentados na forma da lei, que comprovem **índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)**, considerando a aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**7.1.3.3.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação**.

**7.1.3.4. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66%** (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do

último exercício social;

- 7.1.3.5. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- 7.1.3.6.** Declaração do licitante, acompanhada da **relação de compromissos assumidos**, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social e de justificativas, caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos.
- 7.1.4. Qualificação técnica** (com esteio na [Lei nº 14.133/2021](#) e [Instrução Normativa SEGES Nº 5/2017](#), aplicável conforme [Instrução Normativa SEGES Nº 98/2022](#)):
- 7.1.4.1.** Declaração de que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, firmada por responsável técnico ou representante legal da empresa, conforme modelo do ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS.
- 7.1.4.2.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem **execução de serviços de apoio administrativo, copeiragem e limpeza e conservação (ou outra atividade de gerenciamento de mão de obra compatível) envolvendo o mínimo de 20 empregados, por, no mínimo, 3 (três) anos**, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;
- 7.1.4.2.1.** Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 7.1.4.2.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



- 7.1.4.2.3.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 7.1.4.2.4.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 7.1.4.2.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 7.2.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, inclusive o **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF**, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação declaração de que atende aos requisitos de habilitação e de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da [Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.5.** A habilitação será verificada por meio do **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.7.** É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN SEGES nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no

momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, par. único).

- 7.8.** Sob pena de inabilitação, **o licitante deverá enviar os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e, se for o caso, documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, por meio do sistema Compras.gov.br, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas**, prorrogável a critério do pregoeiro.
- 7.9.** Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos fornecedores, em até 2 (duas) horas, para:
- 7.9.1.** aferição das condições de habilitação, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
  - 7.9.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  - 7.9.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo fornecedor;
  - 7.9.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 7.10.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 7.11.** **A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**
- 7.12.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
- 7.12.1.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, a verificação ou exigência de documentos habilitatórios ocorrerá em relação a todos os licitantes, exceto quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal, que somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante

decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 7.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do [Decreto nº 8.538/2015](#).
- 7.14.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da [Lei Complementar nº 123/2006](#).
- 7.14.2.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 7.14.3.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 7.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.16.** **Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.**
- 7.17.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao presente edital.
- 7.18.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

## 8. RECURSOS

- 8.1.** A interposição de recurso referente a julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes e anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 8.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;
  - 8.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da [Lei nº 14.133/2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.
- 8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada mediante acesso ao Portal de Serviços do MPF <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

## 9. CONTRATAÇÃO

- 9.1.** Após adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 9.2.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação

das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

- 9.3.** Previamente à emissão da nota de empenho ou à assinatura do contrato, será realizada consulta da situação do fornecedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), sendo que a existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para contratação, conforme arts. 6º e 6º-A da [Lei nº 10.522/2022](#).
- 9.4.** O adjudicatário terá o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 9.4.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.4.2.** A Administração poderá encaminhar Termo de Contrato ou instrumento equivalente mediante disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim, envio por e-mail ou outro meio eletrônico.
- 9.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6.** **Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da [Lei nº 6.019/1974](#), com redação atualizada pela [Lei nº 13.429/2017](#).**

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- 10.1.2.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 10.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4.** deixar de apresentar amostra; ou
- 10.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do ato

convocatório;

- 10.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato/ata de registro de preço ou a aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4.** prestar declaração ou apresentar documentação falsa durante o certame;
- 10.1.5.** fraudar o certame;
- 10.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 10.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 10.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 10.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 10.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos fornecedores e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 10.2.1.** advertência;
  - 10.2.2.** multa;
  - 10.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e
  - 10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 10.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 10.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação, e incidirá sobre o valor do contrato, considerando os seguintes percentuais:

| Percentual            | Conduta tipificada       |
|-----------------------|--------------------------|
| 5% (cinco por cento)  | subitens 10.1.1 a 10.1.3 |
| 20% (vinte por cento) | subitens 10.1.4 a 10.1.8 |

- 10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **subitens 10.1.1. a 10.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.
- 10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **subitens 10.1.4. a 10.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 10.1.1. a 10.1.3.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **subitem 10.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do certame, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022.
- 10.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11.** Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a



reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

- 10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.
- 10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14.** A aplicação das sanções previstas neste ato convocatório não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 10.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 10.16.** Demais parâmetros relativos a infrações e sanções administrativas estão estabelecidos na [Lei nº 14.133/2021](#) e na [Portaria PGR/MPU Nº 178/2023 \(PGR-00035823/2023\)](#), que se aplicam, subsidiariamente, ao presente certame e à contratação dele decorrente.

## **11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio eletrônico, para o e-mail [prpi-licitacao@mpf.mp.br](mailto:prpi-licitacao@mpf.mp.br).
- 11.2.** As respostas a impugnações e pedidos de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial e no sistema, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.
- 11.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 11.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do

certame.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 12.10.** Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 12.11.** As questões decorrentes deste certame que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de **Teresina-PI**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da [Constituição Federal](#).
- 12.12.** O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e no [Portal da Transparência do MPF](#). Também poderão ser obtidos junto à Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas da PR/PI, com endereço na Av. João XXIII, nº 1390, Bairro dos Noivos, CEP 64045-000, Teresina-PI, (86) 3214-5969, nos dias úteis, no horário das 9h00 às 15h00. No mesmo endereço e período, os autos do

processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**12.13.** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**12.13.1.** ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, COM SEUS ANEXOS;

**12.13.1.1.** ANEXO A – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ATRIBUIÇÕES;

**12.13.1.2.** ANEXO B - EQUIPAMENTOS E UNIFORMES;

**12.13.1.3.** ANEXO C - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO;

**12.13.1.4.** ANEXO D - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

**12.13.1.5.** ANEXO E – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS;

**12.13.2.** ANEXO II - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO;

**12.13.3.** ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR ENQUADRAMENTO SINDICAL;

**12.13.4.** ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL E CONFORMIDADE À RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009;

**12.13.5.** ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS.

**12.13.6.** ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO.

Teresina-PI, 16 de junho de 2026.

Assinado digitalmente.

**JULIA VALÉRIA GONÇALVES DIÔGO**

PREGOEIRA

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**UASG 200080**

# **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 UASG 200080**

## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

Íntegra dos seguintes arquivos em formato de leitura (.pdf) disponível nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (Portal de Compras do Governo Federal) e [www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes](http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes) (Portal da Transparência do MPF):

TERMO DE REFERÊNCIA, COM SEUS:

ANEXO A – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ATRIBUIÇÕES;

ANEXO B - EQUIPAMENTOS E UNIFORMES;

ANEXO C - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO;

ANEXO D - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO E – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS;

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**UASG 200080**

# **ANEXO II PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO**

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 UASG 200080**

## **ANEXO II - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO**

Arquivo em formato de leitura (.pdf) e editável (.xlsx) disponível nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (Portal de Compras do Governo Federal) e [www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes](http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes) (Portal da Transparência do MPF).



# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**UASG 200080**

## **ANEXO III DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR ENQUADRAMENTO SINDICAL**

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 UASG 200080**

### **ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR ENQUADRAMENTO SINDICAL**

A empresa \_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal infrafirmado, Sr(a) \_\_\_\_\_, portador de CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, como condição para aceitabilidade de proposta no **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, promovido pela Procuradoria da República no Piauí, que:

1. está regularmente vinculada ao Sindicato \_\_\_\_\_, conforme Carta de Registro Sindical em anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, em caso de irregularidades.

\_\_\_\_\_(Local/Data)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(Assinatura/Nome Legível/)\_\_\_\_\_

Representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**UASG 200080**

## **ANEXO IV DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL E CONFORMIDADE À RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009**

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 UASG 200080**

### **ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL E CONFORMIDADE À RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009**

A empresa \_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR)\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal infrafirmado, Sr(a) \_\_\_\_\_, portador de CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, como condição para aceitabilidade de proposta no **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, promovido pela Procuradoria da República no Piauí (UASG 200080), que:

1. não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação, nos termos da Resolução nº 37, de 28/04/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;
2. aplica política de não discriminação de raça ou gênero (consoante art. 38 da Lei nº 12.228/2010 e Lei nº 7.716/1989).

\_\_\_\_\_(Local/Data)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(Assinatura/Nome Legível/)\_\_\_\_\_

Representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**UASG 200080**

## **ANEXO V DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS**

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 UASG 200080**

### **ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS**

A empresa \_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR)\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal infrafirmado, Sr(a) \_\_\_\_\_, portador de CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, como condição para aceitabilidade de proposta no **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, promovido pela Procuradoria da República no Piauí (UASG 200080), que:

1. tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, estando familiarizada com a natureza e vulto dos serviços especificados e ciente das técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto; e
2. não efetuará posterior alegação de desconhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, no intuito de questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

\_\_\_\_\_(Local/Data)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(Assinatura/Nome Legível/)\_\_\_\_\_

Representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**UASG 200080**

# **ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO**



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 UASG 200080**

### **ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO**

Íntegra do seguinte arquivo em formato de leitura (.pdf) disponível nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (Portal de Compras do Governo Federal) e [www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes](http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes) (Portal da Transparência do MPF):

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO